



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11982 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

Práticas Pedagógicas e Currículo: Um Estudo das Relações Étnico Raciais em uma escola estadual no Espírito Santo

João Paulo Ribeiro Bernardes - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Marileide Gonçalves França - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E CURRÍCULO: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS EM UMA ESCOLA ESTADUAL NO ESPÍRITO SANTO

As relações sociais no Brasil são marcadas, historicamente pelas desigualdades raciais entre brancos e negros (PAIXÃO, 2014), nas quais estes últimos foram renegados a uma condição de inferioridade e sua cultura foi silenciada e negada (MUNANGA, 2020). No que concerne à educação, a luta do Movimento Negro resultou na promulgação da Lei nº 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996, e estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Assim sendo, vale ressaltar que a promulgação da Lei 10.639/03 foi resultado de uma luta histórica liderada pelo Movimento Negro desde sua origem e como forma de reconhecer esta luta, abordaremos o termo “negro” ao se referir a população classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) como “pretos e pardos”. A decisão de adotar o termo negro remete a luta do Movimento Negro Unificado (MNU) em diminuir a desigualdade racial. O MNU buscou alterar a simbologia do termo negro no qual deixou “de ser considerado ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás” (DOMINGUES, 2007, p. 115). Como forme de enriquecer a discussão, vale destacar dois conceitos chave para a pesquisa: raça e racismo. O racismo aqui entendido, nos remete a Gomes (2005) que caracteriza como a crença na superioridade de um grupo racial sobre o outro, considerado inferior. Já raça, entendido por Gomes (2012, p. 727) como “uma construção social que marca, de forma estrutural e estruturante, as sociedades latino-americanas, em especial, a brasileira”, no qual foi utilizado originalmente pelo europeu como forma de hierarquização do trabalho e dominação reforçando a ideia de desigualdade refletindo na formação sócio-histórica

brasileira. Com implicações também na construção de uma identidade nacional, como resultado das interações entre os diversos grupos presentes como os brancos, negros e indígenas (NASCIMENTO, 2020). No que concerne à educação, a promulgação da Lei nº 10.639/03 e sua implementação é um desafio atual nos sistemas educacionais brasileiros. Mesmo após 19 anos desde sua promulgação, evidencia-se a necessidade de acompanhar os avanços, os desafios e os estudos que foram desenvolvidos durante esse período, de modo a promover a ampliação da discussão da Educação das Relações Étnico Raciais (Erer). Contudo, com a promulgação da lei não foi suficiente para que práticas racistas fossem eliminadas, até porque o racismo possui tentáculos em vários setores sociais, inclusive na escola, este trabalho tem como objetivo analisar como ocorre a implantação e implementação da Lei nº 10.639/03 em uma escola estadual no município de Alegre-ES. Para tal finalidade, discutimos conceito de Estado, Políticas Afirmativas, relações raciais no Brasil e a Erer na perspectiva decolonial. Inicialmente, realizamos uma pesquisa de literatura nos sites da BDTD, Capes, SciELO e RiUfes e encontramos trabalhos 4 sobre decolonialismo, 4 sobre multiculturalismo, 2 sobre a Erer, 2 analisam políticas afirmativas, 2 sobre a Lei nº 10,639/03, 7 voltados à prática docente, 2 que analisam o Movimento Negro dentro do ambiente escolar e 2 revisões de literatura. Para o desenvolvimento do estudo, ainda em andamento, optamos pela pesquisa qualitativa, buscando adentrar a realidade observada (GÜNTHER, 2006), neste caso, o contexto escolar no intuito de compreender o processo de implantação e implementação da Lei 10.639/03. O tipo de pesquisa que atende a proposta é o estudo de caso, pois busca compreender as práticas culturais presentes numa determinada situação ou problema como um todo (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 19), assim sendo o estudo de caso busca analisar o processo de materialização da Erer em um contexto específico, em articulação com as múltiplas práticas culturais da sociedade. Para produção de dados elegemos a consulta documental, a observação, entrevista semiestruturada e diário de campo. Para trabalhar a análise de dados produzida, escolhemos a análise de conteúdo, na tentativa de compreender os significados sociais presentes nas práticas educativas desenvolvidas pelos sujeitos (FRANCO, 2008) no contexto escolar. Os resultados preliminares demonstram que apesar de passados 19 anos da promulgação da Lei nº 10.639/03 ainda há resistência por parte do corpo docente ao trabalhar o assunto referente a Erer. As causas desta resistência se mantem na manutenção do pensamento colonial. Este conceito, problematizado por Bernardino-Costa (2015), se refere a construção de uma hierarquia social baseada na raça no qual há uma desvalorização da cultura e conhecimento dos povos dominados (negros e indígenas) reduzindo-os a superstições e conhecimento popular (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 150) em relação aos povos dominantes (europeus). Nesse sentido, Oliveira e Candau (2010) apontam que o colonizador europeu destrói a estrutura de produção de conhecimento e construção de identidade do colonizado invisibilizando-o e subordinando-o impondo o imaginário europeu aos povos submetidos ao seu poder.

Palavras-Chave: Educação das Relações Étnico-Raciais, Decolonialismo, Racismo, Lei nº 10.639/03, Práticas Pedagógicas.

Referência Bibliográfica:

BERNARDINO-COSTA, Joaze; SANTOS, Sales Augusto; SILVÉRIO, Valter Roberto. Decolonialidade e Intercionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 30. Número 1. Janeiro/Abril 2015.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo** 12. EdUFF. 2007.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. IN SOUSA, Andréia Lisboa de. WEDDERBURN, Carlos Woore; CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. et all. **Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Coleção Educação para todos. Edição MEC/BID/UNESCO. Brasília. 2005

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: Ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc. Campinas**. v.33. n. 120. P. 727-744. Jul/set. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. 1. ed. Brasília: MEC; Unesco, 2012.

GÜNTHER, Hartmut Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, mai./ago. 2006, v. 22 n. 2, p. 201-210.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. André. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. 5ª ed. 2ª reimpressão. Belo Horizonte. Autêntica. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. 4ª edição. 3ª reimpressão. Editora perspectiva. São Paulo. 2020.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intelectual no Brasil. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. V. 26. Nº 1. abr de 2010. p. 15-24.

PAIXÃO, Marcelo. **A Lenda da Modernidade Encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre as relações raciais e projeto de Estado-Nação**. 1ª ed. Curitiba. CRV. 2014.